



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 144 /2025

Dispõe, em caráter excepcional, sobre a atribuição para a realização de audiências de custódias de competência dos Juízos plantonistas em datas específicas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO os termos do [Ato Conjunto nº 01/2024](#), que estabelece, para os dias acima indicados, expediente forense das 8h às 12h e das 13h às 17h e a necessidade de estabelecer horário de peticionamento para o plantão judicial do Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade da prestação jurisdicional ininterrupta e a adequada organização dos serviços de plantão, conforme previsto no artigo 93, inciso XII, da Constituição Federal e disciplinado pela [Resolução CNJ nº 71/2009](#);

CONSIDERANDO as normas estabelecidas pela deste Tribunal de Justiça, especialmente quanto à definição de horário de protocolo nos plantões judiciais de primeiro e segundo graus de jurisdição, necessitam de modulação para não conflitar os horários do expediente ordinário com os horários do peticionamento para o plantão;

CONSIDERANDO o teor do [Ato da Presidência nº 76, de 25 de abril de 2025](#);

CONSIDERANDO o teor da [Lei Complementar nº 211, de 17 de junho de 2025](#), que deu nova redação aos incisos III e IV do art. 179-A da [Lei Complementar Estadual nº 96, de 3 de dezembro de 2010](#);

CONSIDERANDO a realização de ajuste tecnológico anterior à edição da referida Lei Complementar em decorrência do [Ato da Presidência nº 76/2025](#);

CONSIDERANDO que a regulamentação da referida alteração por meio de resolução se encontra em tramitação;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 020662- 57.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias 24 de outubro e 14 de novembro de 2025, as audiências de custódia de competência dos Juízos Plantonistas deverão ser excepcionalmente realizadas pelos Juízos Regionais de Garantias, conforme suas competências territoriais.

Art. 2º Este Ato entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos à 24 de outubro de 2025.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

DESEMBARGADOR FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba.